

# JE

# Jornal dos Economistas

Nº 393 Maio de 2022

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

## Nova onda na América Latina?

Marta Skinner, Carlos Eduardo Martins, Joana Salém Vasconcelos, André Moreira Cunha, Andrés Ferrari, Adhemar S. Mineiro, Williams Gonçalves e Maria Elena Rodriguez discutem a situação econômica e política da América Latina e uma possível nova onda de governos de centro-esquerda na região.



## Nova onda na América Latina?

Após México, Argentina, Bolívia, Peru, Honduras e Chile, a Colômbia pode ser o próximo país latino-americano a eleger um governo de centro-esquerda, caminho que pode ser trilhado nesse ano também no Brasil. Estamos diante de uma nova onda vermelha (ou rosa) na região? O que explica essa tendência e o que podemos esperar dessa reconfiguração política?

Marta Skinner, da UFRJ, avalia que as eleições no Brasil e Colômbia podem significar um ponto de virada para o continente, mas será uma longa travessia para reconstruir um projeto soberano de crescimento com proteção da natureza, vida e distribuição de renda.

Carlos Eduardo Martins, também da UFRJ, destaca que as vitórias de Lopez Obrador, Fernandez, Arce, Castillo, Xiomara e Boric podem se somar às de Petro e Lula em 2022, restabelecendo uma hegemonia de centro-esquerda e um novo ciclo progressista na região. Todavia, ganhar o governo não é ganhar o poder.

Joana Salém, da Cásper Líbero, alerta sobre análises ingênuas que superestimem os alcances de um possível “novo ciclo progressista”. Ampliar as alianças com movimentos de trabalhadores precários, feministas, negros, indígenas, camponeses e ecológicos é uma condição *sine qua non* para que o próximo ciclo não reproduza os erros do anterior.

André Cunha e Andrés Ferrari, da UFRGS, concluem que, se de fato houver uma nova onda rosa na América Latina, seus governos terão de enfrentar os velhos fantasmas da exclusão social, crescimento baixo e volátil, espaço fiscal reduzido, estruturas produtivas e comerciais dependentes de recursos naturais e do endividamento em alta, além das mudanças climáticas, avanço das tecnologias disruptivas e crescente polarização política.

Adhemar Mineiro, da Abed-RJ, constata que começaram a se buscar na região alternativas que possam ser inclusivas do ponto de vista social e combatam a degradação ambiental. Essa onda só pode se estruturar tendo como eixo um modelo alternativo de desenvolvimento.

Williams Gonçalves, da Uerj, ressalta que o panorama político amplamente desfavorável às forças de direita indica que as práticas econômicas de inspiração neoliberal não são capazes de melhorar os índices sociais da região.

Maria Elena Rodriguez, da PUC-RJ, trata da eleição presidencial de maio na Colômbia. Ela acredita que a sociedade colombiana está mobilizada para uma mudança profunda que desafie 40 anos de neoliberalismo, desigualdade e exclusão.

## Sumário

América Latina

**O Desafio das Eleições na América Latina ..... 3**

*Marta Skinner*

América Latina

**A nova conjuntura internacional e suas implicações para a América Latina ..... 5**

*Carlos Eduardo Martins*

América Latina

**Para onde vai a América Latina? ..... 7**

*Joana Salém Vasconcelos*

América Latina

**A América Latina na Era da Turbulência ..... 9**

*André Moreira Cunha e Andrés Ferrari*

América Latina

**Uma nova América Latina buscando o rumo ..... 11**

*Adhemar S. Mineiro*

América Latina

**América Latina em novo nascimento ..... 13**

*Williams Gonçalves*

América Latina

**Uma nova esquerda para a Colômbia e América Latina ..... 15**

*Maria Elena Rodriguez*

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites [www.aepet.org.br/radioaovivo.html](http://www.aepet.org.br/radioaovivo.html) e [www.programafaixaivre.com.br](http://www.programafaixaivre.com.br), canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

**JE** Jornal dos  
**Economistas**

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906  
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascoutto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023): Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2022-2024) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Antonio Melki Júnior, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallack Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023): Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2022-2024) José Ricardo de Moraes Lopes, Clician do Couto Oliveira, Antonio Jose Alves Junior.

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ**

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Mandato – 2017/2020**

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

**Coordenação de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

**Conselho Fiscal:** Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

# O Desafio das Eleições na América Latina

Marta Skinner\*

É comum nomear de “teoria da conspiração” relatos que revelem articulações políticas irregulares, ocultas do grande público, com o objetivo de desqualificar a denúncia daquilo que era para ficar na sombra ou no esquecimento da história. Em termos mais rigorosos, não existe “teoria da conspiração”, mas sim “teorias do poder”, dado que conspiração é apenas prática comum da luta política pelo poder, que compõe a gramática de qualquer estratégia geopolítica e geoconômica.

Essa distinção conceitual é importante para tentar explicar as tentativas de bloqueio das coalizões políticas progressistas latino-americanas no contexto das lutas geopolíticas pelo poder global.

Os EUA, depois da Segunda Guerra, emergiram como a grande potência ocidental. Foi a partir da sua superioridade financeira, tecnológica e militar que deram seus decisivos passos e propuseram a institucionalização do seu tipo de organização produtiva e de seu regime de acumulação, colocando sobre a mesa um desenho institucional do mundo, que incluiu coisas explícitas e implícitas em todos os campos fundamentais para a conformação da estrutura básica do sistema capitalista mundial.

A partir de então, a divisão do mundo foi sendo desenhada sob o clima “quente” da Guerra Fria e chegou ao Terceiro Mundo depois das negociações para a convivência pacífica entre os dois blocos, quando se anunciou que a nova competição seria no campo tecnológico, no sentido da desco-

lonização, o que deu uma nova conotação ao desenvolvimento pós-colonização, abrindo espaço para uma competição explícita entre os dois modelos de desenvolvimento.

A América Latina, até a década de 50, era considerada irrelevante para a estratégia norte-americana; enquanto as condições externas foram favoráveis, todos os setores puderam ganhar “fugindo para frente”. No entanto, à medida que a fase de ouro do capitalismo mundial foi declinando, as condições foram se alterando, as fraturas no bloco dominante ficaram cada vez mais visíveis e foi sendo revertida a hegemonia do pensamento desenvolvimentista do pós-guerra.

A era desenvolvimentista começou a ser questionada nos anos 70, com o fim de Bretton Woods e os choques do petróleo, levando as economias mundiais a viverem uma situação de crise e instabilidade depois dos 30 anos gloriosos. Foi nesse período que o neoliberalismo começou a adquirir status científico em várias escolas econômicas e começando a conquistar corações e mentes. Entre 1970 e 1980 eles ganharam três prêmios Nobel. Em 80 e 90, chegaram ao poder e, a partir de 1990, viraram ideologia hegemônica.

O que se assistiu naquele período foi muito além da reordenação de prioridades de políticas econômicas, mas uma iniciativa geopolítica frente à “crise da hegemonia americana”, com a mudança radical da estratégia internacional dos EUA, pautada pelo enfrentamento, com fins de colocar o mundo socialista contra a parede para afirmar sua posição de liderança mundial e cerceando as possibilidades

de crescimento da periferia capitalista endividada. O golpe de misericórdia nas nossas aspirações desenvolvimentistas veio com a crise da dívida externa e a nossa exclusão do mercado financeiro internacional, após a moratória do México em 1982, que provocaram um efeito em cadeia sobre o câmbio, inflação, endividamento interno, crescimento e fragilização estatal. Na negociação para o retorno ao mercado financeiro, nos foi apresentado um programa de reformas e políticas liberais, que se chamou “Consenso de Washington”. A partir daí é que se deu a grande “virada neoliberal” da América Latina, quando as elites políticas e econômicas do continente aderiram freneticamente ao novo mito da modernidade, associado à utopia da globalização.

A partir da década de 1990, todo o continente estava submetido às políticas neoliberais. O ajuste neoliberal foi draconiano, conjugando políticas muito semelhantes, redução de alíquotas de importação, valorização cambial e desregulamentações financeiras. Apesar de controlarem as inflações, seus efeitos colaterais foram altamente recessivos sobre a dívida pública, a infraestrutura social e econômica, o emprego, a desindustrialização, a vulnerabilidade externa, e, como contrapartida, ofereceu, no máximo, junto com a perspectiva de um baixo crescimento, um modelo de modernização excludente.

Assim como no Brasil, em grande parte da América Latina o desencanto crescente com os resultados econômicos e sociais levou à eleição de coalizões políticas antiliberais, com projetos econô-



micos numa direção muito mais nacionalista e desenvolvimentista, com forte viés de inclusão social e de afirmação da soberania.

Foi nesse período que vários países do continente decidiram reestatizar seus recursos energéticos, como a Venezuela, Bolívia, Argentina e o Brasil, depois da descoberta do pré-sal. A América do Sul retomou então seu velho projeto de integração regional, agora sob a liderança brasileira, com a ampliação do Mercosul e a criação da Unasul.

Quem olhasse a região, naqueles anos, se surpreenderia com os avanços em termos de integração regional e as mudanças de rumo das políticas governamentais, que lograram expressiva melhora da desigualdade social, do emprego, da renda *per capita* e redução da recorrente vulnerabilidade externa. Esses ganhos expressivos podem explicar as vitórias sucessivas da coalizão antiliberal liderada pelo PT no Brasil, numa sociedade preconceituosa, onde o trabalho sempre entrou pela porta dos fundos e nunca teve voz nem vez.

Desde o começo desse século, com o fracasso das guerras ao terror, os EUA mudaram sua estratégia geopolítica, abandonando as motivações ideológicas e morais de defesa da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento. Em 2010, o Pentágono explicitou que os objetivos das guerras não convencionais eram explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças internas de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos EUA. Em 2017, o documento de Estratégia Nacional de Defesa<sup>1</sup> enunciou explicitamente instrumentos econômicos como peça central da estratégia geopolítica de inser-



ção do Estado americano e de suas empresas nas regiões consideradas prioritárias, incorporando ao seu rol de ferramentas econômicas as sanções comerciais e medidas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro como elementos importantes de estratégias mais amplas para dissuadir, coagir e restringir adversários (FioriJL e Nozaki, *Conspiração e Corrupção*, 2019).

Desde então, o que se assistiu no continente foram manipulações articuladas com o Judiciário para impedir a continuidade dessas coalizões políticas e criar a oportunidade de recolocar na pauta programas de Estado mínimo e desregulamentação. Nos diversos golpes e/ou tentativas vividas no continente nesses vinte anos<sup>2</sup>, a prática do *lawfare* foi peça essencial. A colaboração e apoio norte-americanos nessas articulações estão hoje revelados, assim como

seu objetivo: promover a chegada ao poder da extrema direita, com a clara intenção de submeter o continente a uma camisa de força do atraso e do conservadorismo, sob a tutela norte-americana.

Parece que as chamadas doutrinas Monroe e de Segurança Nacional tentam desde sempre converter a América Latina em seu quintal, criminalizando qualquer organização que se oponha a seus interesses e tente construir um modelo alternativo político, econômico e social.

O resultado dessa retomada neoliberal acabou criando uma camada expressiva de perdedores econômicos, uma base social fragmentada, resultado do desmonte de toda forma de coletivização, com exceção das igrejas associadas ao empreendedorismo individual. Assim, as identidades assentadas no pacto social foram se tornando sem sentido, o debate econômico

se esvaziando e o debate político foi se tornando cada vez mais tóxico e radicalizado, ocupado pela religião, racismo, feminismo e nacionalismo da pior espécie.

Sem dúvidas, a crise recente da ultradireita nos EUA, a partir do governo Trump, reabriu a oportunidade para a luta dos povos pela autodeterminação e soberania. Expressivas manifestações contra o *lawfare* acabaram derrotando diversos governos de direita e elegendo coalizões progressistas.

As eleições no Brasil e na Colômbia desse ano podem significar um ponto de virada e definição para o continente, mas será uma longa travessia para reconstruir, nas frestas da disputa violenta da extrema direita mundial, um projeto independente e soberano em que a América do Sul possa crescer, protegendo a natureza, a vida e distribuindo renda.

Dessa vez, só será possível se governos progressistas forem capazes de alterar estruturas produtivas e de poder, sem ilusões com burguesias nacionais, que nessas horas fogem para Miami e aceitam o papel de administradoras do espólio colonial.

\* É professora do programa de Pós-Graduação em Comércio Exterior do IE/UFRJ, professora aposentada da FCE/Uerj, Ucam, IBMEC/RJ e PUC/RJ e ex-diretora da FCE/Uerj.

1 Ver: [https://www.researchgate.net/publication/324577091\\_The\\_2017\\_National\\_Security\\_Strategy\\_of\\_the\\_United\\_States](https://www.researchgate.net/publication/324577091_The_2017_National_Security_Strategy_of_the_United_States)

2 Honduras, Paraguai, Brasil, Bolívia, Argentina, Equador e Colômbia.



**CLIQUE E ASSISTA**

# A nova conjuntura internacional e suas implicações para a América Latina

Carlos Eduardo Martins\*

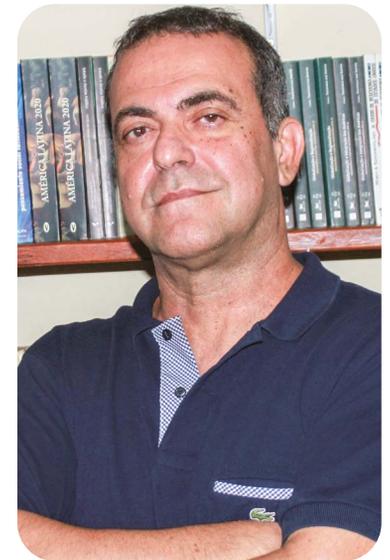
**T**emos assinalado em vários de nossos trabalhos que a economia mundial capitalista ingressou em uma fase de caos sistêmico desde 2015-2020, o que está levando à crise terminal da globalização neoliberal, da hegemonia estadunidense e ao esgotamento de um ciclo longo de expansão da economia mundial iniciado em 1994. Períodos de caos sistêmico tendem a durar pelo menos 20 a 30 anos e são marcados historicamente por revoluções, contrarrevoluções, guerras, transformações da ordem internacional, dos poderes políticos e dos Estados nacionais. Os de 1789-1820 e 1914-1945 favoreceram transformações substanciais da ordem mundial e mudanças políticas positivas na América Latina, como as lutas pela independência, os processos de descolonização e o deslocamento do controle exclusivo do Estado pelas frações primário-exportadoras para uma tecnoburocracia estatal industrialista, formada pelos setores médios. Todavia, as comparações com períodos anteriores são apenas indicativas e cada tempo histórico traz singularidades, desafios e riscos específicos de sua época.

A crise da globalização neoliberal que ora se estabelece já vinha se desenhando nos anos 2010 pelos níveis crescentes e elevados de financeirização de seus centros articuladores, pelo declínio acentuado de suas taxas de crescimen-

to, pela queda pronunciada da expansão do comércio internacional, pela regressão dos fluxos internacionais de capitais e pela ascensão de forças neofascistas no epicentro do sistema capitalista. Donald Trump não era um ponto completamente fora da curva e a ruptura com a ordem liberal que ele precipitou, ao pretender submeter o mercado mundial ao comando político estatal estadunidense mediante o unilateralismo extremado, foi parcialmente acolhida e aprofundada por Joe Biden, ainda que sob o formato de uma coalizão liberal dirigida pelos Estados Unidos por intermédio da Otan. Embora o unilateralismo radical de Trump seja um estilo próprio das forças que representa, a tentativa de usar a coerção estatal para impedir a competição e redefinição de posições no mercado mundial é um instrumento do qual a burguesia estadunidense não pretende abrir mão. A manutenção por Biden das restrições e ameaças de Trump contra a China e a escalada de sanções que lançou contra a Rússia através da parceria com a Grã-Bretanha e a União Europeia – cabe destacar o sequestro de suas reservas cambiais, a exclusão do país dos mercados financeiros *swift* e do mercado de ouro em Londres, ou ainda a retirada de dezenas de empresas estrangeiras de sua jurisdição – indicam a imensa interferência estatal praticada pelo imperialismo no funcionamento da economia mundial e a forte regressão da

globalização neoliberal. Tal regressão se expressa ideologicamente na substituição da expressão “globalização” por “Ocidente” pela coalizão liberal, para referir-se à unidade de poder em curso, indicando o fracionamento político do globo terrestre e ocultando o colonialismo, a escravidão, o extermínio, o imperialismo e a dependência que constituem a história da expansão europeia e anglo-saxã no mundo.

O projeto liberal liderado por Biden busca relançar a coalizão hegemônica nos últimos 40 anos, dirigida pelos Estados Unidos, adaptando-a aos novos tempos para enfrentar ameaças externas e internas. Pretende reverter o declínio tecnológico do poder estadunidense através da repatriação de parte das cadeias de valor transferidas para novos centros dinâmicos; impedir a criação geoeconômica e geopolítica da Eurásia por meio do estabelecimento de um comando político sobre o mercado mundial exercido por sanções e ameaças; manter o controle sobre regiões fornecedoras de recursos energéticos e minerais estratégicos; e bloquear a formação e expansão de um eixo geopolítico do Sul Global sobre as periferias e semiperiferias dependentes. Busca também conter a perda de apoio político da social-democracia na classe trabalhadora dos países imperialistas, mediante iniciativas voltadas para a expansão do emprego e dos salários, associadas a programas de reindustrialização, ex-



pansão de infraestrutura e geração de novas tecnologias e formas de energia. Tal projeto introduz pontos de flexibilização nas políticas de financeirização e energéticas, não as desmonta e nem restringe a agressiva disputa sobre o mercado mundial de combustíveis fósseis.

Os seus resultados concretos têm sido, entretanto, o de acelerar a bifurcação política do mundo contemporâneo, elevar a inflação mundial, debilitar o dólar e impulsionar a busca de alternativas monetárias. Os quarenta países que se abstiveram ou se recusaram a condenar a intervenção da Rússia na Ucrânia conformam um espaço geográfico que responde por aproximadamente metade da população mundial, estão fortemente concentrados na Ásia, representando a imensa maioria de seu espaço territorial, e se distribuem para ocupar porção significativa da África e a quase totalidade dos Brics, excetuando-se o Brasil de Bolsonaro. As sanções contra a Rússia produziram grande insegurança jurídica e financeira. A China, com imensas reservas em dólar, objeto de sanções crescentes dos Estados Unidos, alvo da Aukus, com contencioso geopolítico em Taiwan, busca fortalecer o yuan, ampliar suas reservas em ouro – que praticamente duplicaram em toneladas desde 2015 – e os laços comerciais com a Rússia e com os países atingidos pelo imperialismo estadunidense, incluindo aqueles que estão no “Ocidente” imaginário. A Rússia, em réplica, condicionou ao rublo a venda de petróleo e gás a “países hostis” e a Arábia Saudita anunciou a possibilidade de aceitar yuans e de romper o acordo feito com os Estados Unidos, durante o governo Nixon, de uso exclusivo do dó-

lar no comércio de petróleo e seus derivados em troca apoio político e militar. Trata-se de uma reação à política externa do governo Biden de retirada da ocupação militar norte-americana no Afeganistão – desenhada por Trump –, de afastamento da Arábia Saudita em sua intervenção no Iêmen e de retomada dos diálogos com o Irã.

A perda de potência dos fluxos internacionais de capital, inerente à crise da globalização neoliberal, se soma às políticas protecionistas de repatriação das cadeias produtivas, às tensões interestatais produzidas pela guerra na Ucrânia e aos efeitos disruptivos da crise ambiental, que se expressaram na pandemia, para afetar a cadeia de suprimentos mundiais. Isso conduziu à explosão dos preços das *commodities* e a pressões salariais que elevam drasticamente os custos de produção nos países imperialistas, em particular nos Estados Unidos, que utilizaram amplamente a deslocalização produtiva nos últimos quarenta anos para elevar a massa de lucros, controlar as demandas de sua classe trabalhadora, restringir a inflação e manter o dólar como moeda forte. Todavia, o imperialismo norte-americano dificilmente poderá manter por muito tempo a centralidade do dólar com o novo rearranjo produtivo mundial em curso. A elevação dos custos de produção e a eventual reativação de sua política monetária restritiva, interrompida em 2007, devem contribuir ainda para diminuir expressivamente as taxas de crescimento globais e lançar a economia mundial em um Kondratiev recessivo.

Neste cenário global de mudanças se inserem a América Latina e o Caribe. A região foi afetada a partir de 2015 pela combinação

entre os ciclos de egressos de capitais estrangeiros e de queda dos preços das *commodities*, de um lado, e a ofensiva do imperialismo norte-americano e das burguesias internas para desestabilizar governos nacionais e populares, promover golpes de Estado e impor uma onda neoconservadora. Tal onda neoconservadora dedicou-se a destruir os avanços da integração regional soberana, a desarticular a sua participação no Brics e no eixo geopolítico emergente liderado por China e Rússia e a impor uma nova geração de contrarreformas neoliberais para estabelecer a regressão do valor histórico moral da força de trabalho alcançado nos quinze anos iniciais do presente século. Todavia, a onda neoconservadora, que uniu neoliberais e neofascistas, pouco pode oferecer para maquiagem suas intenções com a geração de externalidades provisórias, em um contexto de declínio do padrão de acumulação neoliberal, uma vez que perdeu o apoio de seus principais suportes, os fluxos internacionais e capitais e o comércio internacional. O crescimento do PIB *per capita* regional foi negativo entre 2015-2021 e a projeção de crescimento em 2022 é extremamente medíocre. O endividamento externo, a desnacionalização, a pobreza e a superexploração dos trabalhadores e da natureza na região aumentaram significativamente. A popularidade dos governos neoconservadores desabou e seu ciclo parece ser efêmero, sem a força que alcançou nos anos 1990.

As vitórias de Andres Manuel Lopez Obrador, Alberto Fernandez, Luis Arce, Pedro Castillo, Gabriel Boric e Xiomara Castro podem se somar às de Luiz Inácio Lula da Silva e Gustavo Petro

em 2022, restabelecendo uma hegemonia de centro-esquerda e um novo ciclo progressista na região. Todavia, ganhar o governo não é ganhar o poder. O controle do poder econômico pelas forças conservadoras, sua penetração no aparato de Estado e sua articulação com o imperialismo constituem um bloco histórico de resistência a transformações progressistas. Dificilmente se repetirá a conjuntura de sustentabilidade e bonança dos preços das *commodities* que se estabeleceu entre os anos 2003-2012 e abriu o espaço para o centrismo político na região. As esquerdas devem se preparar para um cenário de lutas sociais e geopolíticas acirradas e buscar o apoio dos movimentos sociais e de massas para abrir espaços, numa institucionalidade controlada pelas diversas frações do grande capital, às transformações necessárias ao desenvolvimento de nosso povo. Para isso devem impulsionar uma agenda mínima indispensável para avançar os seus objetivos estratégicos e sedimentar conquistas transformando o Estado e seus suportes. O exemplo do Chile, de lutas populares que abriram o espaço na institucionalidade liberal para renovar o sistema político e derrubar a Constituição pinochetista, ainda que insuficiente e limitado, deve servir de inspiração.

\* É professor associado da UFRJ, coordenador do LEHC, pesquisador do Clacso e editor da *Reoriente: revista de estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*.



**CLIQUE E OUÇA**

# Para onde vai a América Latina?

Joana Salém Vasconcelos\*

Os países latino-americanos atravessam uma história de ciclos políticos comuns e compartilhados, que se influenciam e impulsionam mutuamente. Na primeira década do século XXI, experimentou-se a chamada “onda progressista” ou “marea rosa”, que abarcou diferentes matizes do progressismo em pelo menos oito países, entre 1998 e 2016: a Venezuela bolivariana (de Hugo Chávez e Nicolás Maduro), a Bolívia de Evo Morales, o Equador de Rafael Correa, a Argentina kirchnerista, o Brasil dos governos do PT, o Uruguai da Frente Ampla (com Tabaré Vasquez e Pepe Mujica), o Paraguai com Fernando Lugo e, um pouco mais tarde, o México de López Obrador.

Todos estes governos, em diferentes níveis de profundidade e escalas de conflitividade, se aproveitaram do *boom* do preço das *commodities* e do “efeito China” para realizar políticas sociais distributivas, aplicar medidas de inclusão dos trabalhadores informais no mercado de trabalho e levar a cabo políticas econômicas anticíclicas. Diante da crise de 2008, todos estes progressismos ampliaram os gastos do governo para amortecer os impactos do *crash* do Lehman Brothers por meio da ampliação da massa salarial e do consumo interno.

Segundo a Cepal, entre 2002 e 2010, a taxa média de crescimento do PIB latino-americano alcançou impressionantes 7,5%. Entre os países com governos progressistas, a Venezuela obteve crescimento anual médio de 10,5% entre 2004 e 2008, com um pico de 18,3% em

2004; a Argentina experimentou um crescimento médio de 7,9% ao ano entre 2003 e 2008 e um pico de 10,1% em 2010; o Brasil viveu um crescimento anual médio de 4,5% ao ano entre 2004 e 2010 e um pico de 7,5%; o Equador cresceu 4,8% ao ano entre 2004 e 2011, com um pico de 7,8% em 2011; a Bolívia, entre 2004 e 2009, cresceu à média de 4,8% ao ano; o Paraguai entre 2008 e 2012 cresceu anualmente 5,4% em média; e o Uruguai cresceu à média de 5,9% entre 2004 e 2011, com um pico de 7,8% em 2010.

Tal crescimento foi induzido estruturalmente de fora para dentro (pelo *boom* das *commodities* e o consumo chinês) e aproveitado conjuntamente pelos progressismos para melhoria paliativa e provisória das condições de vida das classes trabalhadoras. Na terminologia da socióloga Maristella Svampa, o “consenso das *commodities*”, que se harmonizou ao “consenso de Beijing”, deu mostras de esgotamento a partir de 2011. Os progressismos então entraram em crise, perderam sua margem de manobra na distribuição de um excedente econômico que desapareceu, e tiveram que escolher entre abordagens de enfrentamento de classes (como fez a Venezuela) ou perspectivas conciliadoras com o neoliberalismo convencional e as pressões do grande capital (como fizeram Bolívia, Equador, Brasil e Uruguai).

No vácuo da crise progressista, emergiram novos movimentos e partidos da extrema direita latino-americana, inspirados no trumpismo e no bolsonarismo. Com métodos golpistas, alianças entre

proprietários e militares, e estratégias de guerra híbrida, as novas direitas conquistaram o poder no Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Bolívia (2019). Também o fizeram por meios eleitorais na Argentina (2015), novamente no Brasil (2018) e no Uruguai (2019). Enquanto a Venezuela bolivariana resistiu às incessantes tentativas de golpe com financiamento estadunidense, o progressismo no Equador viveu uma guinada transformista com Lenin Moreno (eleito em 2017), convertendo a vitória eleitoral das supostas esquerdas em triunfo das direitas.

Mas a vida não foi tão fácil para as novas direitas. Por mais que naveguem a favor da corrente do neoliberalismo e da acumulação por espoliação, as direitas no poder se viram encurraladas por uma sequência inesperada de levantes populares. Seus programas de choque neoliberal geraram bruscas quedas da qualidade de vida e agravamento da carestia, que se somaram ao cenário de queda dos preços da *commodities*. A pandemia produziu recessão econômica mundial, disparou processos inflacionários nos países latino-americanos, expandiu a pobreza e, conseqüentemente, fez crescer a insatisfação popular. A crise sanitária tornou evidente a precariedade do paradigma neoliberal na área da saúde: os países com melhor desempenho na vacinação foram justamente aqueles com sistemas universais e gratuitos de saúde pública, mesmo quando precarizados, subfinanciados e atacados por governos negacionistas – como foi o caso do Brasil.



Portanto, se bem é certo que o retraimento econômico da região, iniciado em 2012, impulsionou a crise do progressismo e a mudança brusca de ciclo para direita e extrema direita, também é verdade que os novos governos do “neoliberalismo 4.0” foram pressionados por rebeliões populares como não se via na América Latina desde os anos 1990.

Em 2019, os indígenas do Equador produziram um levante massivo contra o pacto neoliberal dos combustíveis custurado por Lenin Moreno. No Chile do mesmo ano, o governo Piñera foi colocado contra a parede pelo maior alçamento popular da América do Sul das últimas cinco décadas, o *estallido social*, cujos contornos antineoliberais clamaram pelo fim da Constituição pinochetista de 1980 e por uma Assembleia Popular Constituinte. Na Argentina de 2019, o neoliberalismo de Macri foi derrotado pela fórmula Fernández/Kirchner, progressista ao menos no discurso. Em 2020, a Bolívia reverteu democraticamente o golpe de Estado protofascista/neoliberal de 2019, com a vitória do MAS, encabeçada por Luis Arce.

No Peru, em 2020, três presidentes foram derrubados em uma semana, desmoralizados pela opinião pública por sucessivos escândalos de corrupção atrelados a políticas neoliberais. Na Colômbia de 2021, o governo Duque precisou revogar seu pacote neoliberal após uma histórica onda de mobilizações contra o aumento regressivo de impostos e em defesa da renda básica universal. No Peru de 2021, Pedro Castillo, o candidato da retórica progressista, venceu o pleito contra o neoliberalismo delinquente de Keiko Fu-



jimori. Enquanto isso, no Brasil, a popularidade de Bolsonaro caiu vertiginosamente em três anos de governo, embora tenha encontrado um piso estável na marca de 25% de aprovação. Em 2021, por fim, o Chile elegeu Gabriel Boric, o presidente mais jovem da história do país, representante das lutas estudantis contra o neoliberalismo pinochetista e uma verdadeira renovação no campo das esquerdas.

E o que tudo isso significa? Por um lado, as direitas neoliberais – convencionais ou turbinadas pelo neofascismo – não encontraram espaço político e social suficiente para implementar a totalidade de seus programas, sendo freadas por protestos populares de larga escala e por derrotas eleitorais. Mas por outro lado, é necessário evitar análises ingênuas que superestimem os alcances de um possível “novo ciclo progressista”.

Os “novo-progressismos” que reemergem nesse momento não são tão novos assim e encontram condições históricas e econômicas profundamente deterioradas, muito mais regressivas do que

na sua experiência anterior. Se é possível comemorar a velocidade do desmascaramento dos governos de direita e sua dificuldade em estabilizar-se como alternativa, um paradoxo regressivo assombra os progressismos do possível novo ciclo – que parecem já nascer velhos.

As esquerdas latino-americanas vivem uma profunda crise epistemológica, que coloca em xeque a viabilidade de um projeto emancipador. Primeiro, o paradigma nacional-desenvolvimentista, que alimentou consensos importantes do campo das esquerdas no século XX, parece anacrônico e inviável no mundo neoliberal globalizado. Segundo, as experiências neodesenvolvimentistas mostraram seu fôlego curtíssimo e sua opção conciliatória, sustentada por economias extrativistas e precárias, enclaves primário-exportadores com alta vulnerabilidade externa e políticas sociais baseadas em estruturas neocoloniais. E terceiro, as agendas de vanguardas socialistas ou comunistas parecem, cada vez mais, isoladas e apartadas da rea-

lidade das classes trabalhadoras – uberizadas, individualizadas e ganhas à subjetividade neoliberal. Nesse contexto, tanto o progressismo moderado como a esquerda radical atravessam pesadas crises programáticas, cuja fragilidade de perspectivas não pode ser varrida para debaixo do tapete.

Não é difícil antever as causas da próxima crise do “novo-progressismo”. Um intento de evitá-la seria assumir que a repetição da fórmula “consenso das *commodities*” do período 1998-2016 não leva a um bom caminho. Ampliar as capacidades de aliança efetiva entre os novos governos e a diversidade de movimentos populares em ascensão – de trabalhadores precários, feministas, negros, indígenas, camponeses e ecológicos – é uma condição *sine qua non* para que o próximo ciclo não reproduza os erros já identificados do período anterior. Caminhar para uma ruptura drástica com os padrões de reprodução das desigualdades (de classe, gênero, raça e poder sobre os territórios) é, de fato, caminhar na neblina. Mas, pelo menos, de mãos dadas com os setores certos.

\* É professora de História Contemporânea na Faculdade Cáser Libero, editora da revista *Latin American Perspectives*, autora dos livros *História Agrária da Revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia* (Alameda/Fapesp, 2016) e organizadora dos livros *Cuba no Século XXI: dilemas da revolução* (Elefante, 2017) e *La Vía Chilena al Socialismo 50 Años Después: História y Memoria* (Clacso, 2020). Participa do Pulso Latino Podcast.



CLIQUE E OUÇA

# A América Latina na Era da Turbulência

André Moreira Cunha  
e Andrés Ferrari\*

## Economia e política no século XXI

Em dezembro de 2021, o recém-eleito à presidência do Chile, Gabriel Boric, afirmou que “se o Chile foi o berço do neoliberalismo na América Latina, será também a sua sepultura”. Antes de Boric, as eleições de López Obrador, no México (2018), de Alberto Fernández, na Argentina (2019), e de Luis Arce, na Bolívia (2020) criaram a expectativa de emergência de uma nova onda de governos de esquerda no continente. Esta perspectiva se amplia em 2022, quando Costa Rica, Colômbia e Brasil vão às urnas com candidaturas de centro-esquerda que se mostram competitivas nas pesquisas de intenções de voto.

Economia e política andam de braços dados nas democracias constitucionais. Períodos prolongados de prosperidade econômica e social tendem a contribuir para a manutenção do *status quo*, ao passo que as crises persistentes podem trazer mudanças. Na América Latina, a instabilidade macroeconômica e a fragilização social produzidas pela crise da dívida externa, no começo dos anos 1980, abriram espaço para a ascensão de governos reformistas, os quais impuseram a agenda neoliberal. O protagonismo estatal ficou para trás. Mais abertas do ponto de vista comercial e financeiros, e sem os anteparos criados na era desenvolvimentista, as economias latino-americanas experimentaram, com maior intensidade, os estímulos advindos das economias avançadas e o peso das reversões cíclicas. O crescimen-

to econômico seguiu baixo e instável na década de 1990 e no começo dos anos 2000.

No plano global, as primeiras décadas do século XXI caracterizaram-se pela sucessão de turbulências econômicas e políticas. Em seus primeiros anos, a simbiose entre as economias estadunidense e chinesa permitiu uma aceleração no ritmo de crescimento, o que se deu de forma sincronizada nas mais distintas regiões. Nestes marcos, a forte elevação nos preços das *commodities* e a acomodação nos preços dos bens industriais – em grande medida devido aos ganhos de produtividade gerados na nova “fábrica do mundo”, a economia chinesa – redundaram em um choque favorável nos termos de intercâmbio, o qual beneficiou os países produtores e exportadores de recursos naturais. Inaugurou-se, então, e a despeito da crise financeira global (CFG, 2007-2009), aquilo que a literatura denominou de “década dourada”, período de melhorias sociais diversas, em um ambiente de relativa estabilidade macroeconômica.

O alívio nas restrições fiscal e externa possibilitou maiores gastos públicos em políticas de inclusão, sem que isso gerasse um novo processo de sobre-endividamento. No começo dos anos 2000, a dívida líquida dos governos centrais equivalia a 41% do produto interno bruto (PIB) da América Latina, valor que caiu para 29% entre 2011-2013. No mesmo período, a dívida externa total – pública e privada – recuou, também como proporção do PIB, de 42% para 32% do PIB. Ademais, a inflação seguiu em níveis historicamente baixos, com exceção dos casos de Argentina e Venezue-



André Moreira Cunha



Andrés Ferrari

la. A redução da pobreza monetária e da desigualdade na distribuição de renda, a ampliação no emprego formal e os indicadores mais robustos em áreas como educação e saúde foram particularmente mais pronunciados em governos liderados por coalizões de esquerda ou de centro-esquerda, conforme constatou o Banco Mundial: “left-of-center governments are typically more likely to engage in additional redistribution than right-of-center ones” (World Bank, 2019, p.45).

Era a “onda rosa” (pink tide), inaugurada com a chegada de Hugo Chavez ao poder (1999-2013), sucedido por Nicolás Maduro (2013-atual), e que ganhou força na Argentina de Néstor e Cristina Kirchner (2003-2015), no Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), na Bolívia de Evo Morales (2006-2019), no Chile de Michelle Bachelet (2006-2010; 2014-2018) e no Equador de Rafael Correa (2007-2017), para citar alguns. Os cientistas políticos foram cautelosos ao agregar tal conjunto hetero-

gêneo em um único movimento, o que poderia dar a crer a existência de um caráter orgânico em tal processo. As muitas especificidades históricas e institucionais de cada país não autorizariam tal perspectiva.

A presença da China como principal parceiro comercial da maioria dos países latino-americanos e como fonte alternativa de distintas formas de financiamento adicionou outro aspecto peculiar àquele período: a crescente insatisfação do principal poder continental e global, os Estados Unidos. A perspectiva de perder influência nos países que se localizam abaixo do “Rio Grande” renovou o olhar estratégico do *establishment* estadunidense. De fato, os conflitos crescentes entre a nação hegemônica e os novos poderes em (re)emergência, particularmente China e Rússia, estão reconfigurando a política global. Dado o longo histórico de intervenção direta ou indireta na política interna de vários países, inclusive os latino-americanos, não se pode descartar *a priori* que o mesmo tenha ocorrido nos últimos anos.



**Tabela 1 – Indicadores selecionados da América Latina e de outras economias, 1970-2019**

	1970s	1980s	1990s	2000s	2010s
<b>1. Formação Bruta de Capital</b>					
G7	55,5%	55,5%	56,9%	51,3%	38,6%
<b>AL</b>	<b>8,1%</b>	<b>7,1%</b>	<b>6,4%</b>	<b>5,8%</b>	<b>5,7%</b>
Ásia	4,3%	7,2%	13,4%	20,3%	34,2%
Resto do Mundo	32,2%	30,1%	23,3%	22,6%	21,6%
<b>2. Indústria (Extrativa, Manuf., Utilidades)</b>					
G7	55,6%	53,4%	51,1%	45,2%	36,9%
<b>AL</b>	<b>7,0%</b>	<b>7,8%</b>	<b>7,5%</b>	<b>7,0%</b>	<b>6,0%</b>
Ásia	3,8%	6,4%	12,4%	20,8%	33,0%
Resto do Mundo	33,6%	32,3%	29,0%	27,0%	24,1%
<b>3. Exportações de Bens e Serviços</b>					
G7	40,0%	42,9%	41,8%	37,8%	34,3%
<b>AL</b>	<b>3,0%</b>	<b>3,7%</b>	<b>4,3%</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,1%</b>
Ásia	4,3%	7,1%	12,5%	19,2%	26,0%
Resto do Mundo	52,6%	46,3%	41,4%	38,5%	35,6%
<b>4. Crescimento do PIB per capita (% a.a.)</b>					
G7	2,8%	2,2%	2,0%	1,2%	1,5%
<b>AL</b>	<b>3,8%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,9%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,2%</b>
Leste Asiático	4,9%	5,9%	6,8%	8,2%	6,5%
Sul da Ásia	0,7%	3,2%	3,2%	4,2%	5,0%
Mundo	2,1%	1,3%	1,3%	1,7%	2,0%
<b>5. Volatilidade do Crescimento do PIB per capita (desvio padrão, % a.a.)</b>					
G7	2,0%	1,6%	0,8%	2,1%	0,5%
<b>AL</b>	<b>1,5%</b>	<b>2,4%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,0%</b>
Leste Asiático	2,8%	1,5%	2,8%	1,7%	1,2%
Sul da Ásia	3,3%	1,4%	1,7%	1,9%	1,1%
Mundo	1,7%	1,3%	0,9%	1,8%	0,5%

Fonte dos dados primários: Banco Mundial e Nações Unidas.

## Velhos dilemas e novos desafios

A primeira onda rosa foi marcada pela “década dourada”. Esta, como nos lembra José Antônio Ocampo, só pode ser assim con-

siderada quando contrastada com os anos 1980 e 1990. Se, por um lado, foram inequívocos os processos de aceleração no crescimento econômico e de fortalecimento do tecido social, por outro, não foi menos marcante o desempenho

inferior ao das economias mais dinâmicas (tabela 1).

No turbulento século XXI, a bonança em seus primeiros anos foi logo interrompida pela CFG. Esta, por sua vez, lançou os países avançados em uma década de estagnação, com desemprego elevado, dívidas (pública e privadas) em alta, deterioração das rendas do trabalho e piora significativa na distribuição da riqueza socialmente produzida. Na América Latina, particularmente nos países exportadores de recursos naturais, foi possível manter um maior dinamismo econômico até meados do início da década de 2010. Porém, com o esgotamento do superciclo de preços das *commodities*, o movimento de queda tornou-se generalizado, comprometendo parte dos ganhos econômicos e sociais obtidos na “década dourada”.

Quando o pior parecia ter ficado para trás, a pandemia trouxe a segunda contração do produto global em menos de duas décadas. A recessão de 2020 foi uma das mais intensas e abrangentes da história. Nestes marcos, o Banco Mundial sugeriu que, em 2023, a renda latino-americana ainda estará 4,3 p.p. abaixo da tendência pré-pandemia, um resultado negativo só superado no Sul da Ásia e na África Subsaariana.

Para conter os efeitos da pandemia, os governos centrais adotaram as políticas fiscais e creditícias mais robustas já realizadas em tempos de paz. De acordo com os levantamentos do Fundo Monetário Internacional, nas economias avançadas os gastos públicos adicionais foram da ordem de 12% das respectivas rendas, em média, ao passo que os estímulos creditícios atingiram 11% dos produtos. Nas economias emergentes tais apoios foram

de, respectivamente, 6% e 4%; e nos países em desenvolvimento de baixa renda, de 3% e 1%. São valores expressivos e que equivalem a mais do que o dobro dos estímulos necessários para enfrentar a CFG.

Por isso mesmo, a relação dívida pública/PIB elevou-se significativamente no período em tela: de 33%, em média, no ano de 2007, para 56%, em 2020, nas economias emergentes e em desenvolvimento; e de 82% para 135% nas economias avançadas. Em tempos de crise, a mão visível dos Estados interveio para minimizar os efeitos mais deletérios das crises. Parcela expressiva desta atuação se deu para proteger a renda e o patrimônio dos mais ricos, o que implicou em agudização dos problemas distributivos.

Se, de fato, for possível caracterizar uma nova onda rosa na América Latina, seus governos terão de enfrentar os velhos fantasmas da exclusão social, do crescimento baixo e volátil, do espaço fiscal reduzido, das estruturas produtivas e comerciais excessivamente dependentes de recursos naturais e do endividamento público e privado em alta, para citar apenas alguns deles. Ao mesmo tempo, temas como as mudanças climáticas, o avanço da utilização de tecnologias disruptivas e a crescente polarização política nos planos doméstico e internacional, onde se destacam os conflitos entre os Estados Unidos e seus supostos rivais, irão exigir maior capacidade de gestão aos governos centrais e locais.

\* São professores do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS.



**CLIQUE E OUÇA**

# Uma nova América Latina buscando o rumo

Adhemar S. Mineiro\*

Desde o ano passado temos visto uma mudança de posições políticas nos países da América Latina. Depois de uma maré conservadora, com eleições, mas também práticas de ruptura institucional pouco recomendáveis em ambientes democráticos, temos visto no período recente uma nova maré em busca de alternativas. Existem processos eleitorais importantes nesse ano, como Brasil e Colômbia, com possibilidades de vitória de forças progressistas, mas existe também incerteza sobre o processo político peruano. Mas especialmente o resultado eleitoral chileno e a posse recente do novo presidente Gabriel Boric levantaram muitas esperanças na região. Assim como o fim do processo golpista na Bolívia anteriormente. Mas tudo isso vai mostrando que não é um processo simples, e muito menos linear.

Esse quadro ainda deve se tornar mais complicado com a mudança da conjuntura internacional e as mudanças geopolíticas a partir da guerra na Ucrânia. Tanto a guerra quanto o processo de sanções por parte dos EUA e de seus parceiros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança militar) e da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, aliança econômica) terão efeitos econômicos e geopolíticos no próximo período.

Mas a clivagem já se mostra efetiva, e ela vai funcionar como im-

portante catalisador da disputa hegemônica entre EUA e China no cenário internacional das próximas décadas. Assim, como dizia aquela velha música, nada será como antes a partir dos acontecimentos das últimas quatro semanas. Mas será preciso ver como é que as coisas vão se ajustar (e se vão se ajustar) a partir daqui, para termos um chão mais firme para a análise. De qualquer maneira, esses acontecimentos devem tensionar ainda mais a América Latina, impensada pela hegemonia regional dos EUA, de um lado, e pelos estreitos e imensos laços econômicos com a China de quase todos os países da região. A vida não deve ser fácil.

Um pouco da história recente, para ajudar. No início desse século, entramos na América Latina com um mundo onde os EUA davam as cartas, hegemonia neoliberal no campo da economia e a América Latina era comandada amplamente por governos liberais resultantes dos ajustes comandados pelas instituições financeiras multilaterais desde a crise das dívidas externas e a inflação alta dos anos 1980.

Entramos, como região, no novo século prontos a reforçar cada vez mais a exportação de primários da região e discutindo a chamada Alca (Área de Livre Comércio das Américas), projeto de aprofundamento da liberalização comandado pelos EUA. Mas o aprofundamento liberal resultou em acirramento de conflitos sociais e políticos e na busca de alternativas. Em poucos anos, a América Latina saiu de uma mar-

cha batida para acelerar o projeto liberal para a busca de alternativas, um giro para posições mais progressistas.

Dentro dessa busca, apareceu com força a ideia da integração regional, a construção de uma outra alternativa que possibilitasse a chamada “integração dos povos”, através da busca de outros projetos, mas não de um desenvolvimento isolado. Esse processo foi mais uma ideia, que avançou na construção de alguns instrumentos, como Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), mas que, como projeto econômico, avançou pouco.

Nesse mesmo período, as primeiras décadas do novo século, apareceu um novo parceiro importante no cenário internacional, a China. Rapidamente, cresce o comércio dos países latino-americanos com esse novo grande parceiro, que passa a ser, para muitos dos países da região, Brasil incluído, o principal parceiro comercial.

Entretanto, com esse novo parceiro, as elites econômicas dos países da região voltam a fazer o que sabem em relação ao sistema econômico mundial desde o século XVI – exportar *commodities* agrícolas e minerais. A entrada em cena da China reforça o extrativismo. A China é enorme demandante de alimentos, minerais variados e energia (petróleo). A disputa entre EUA e China no cenário mundial se reflete na região por uma busca das elites regionais em se subordinarem como forne-

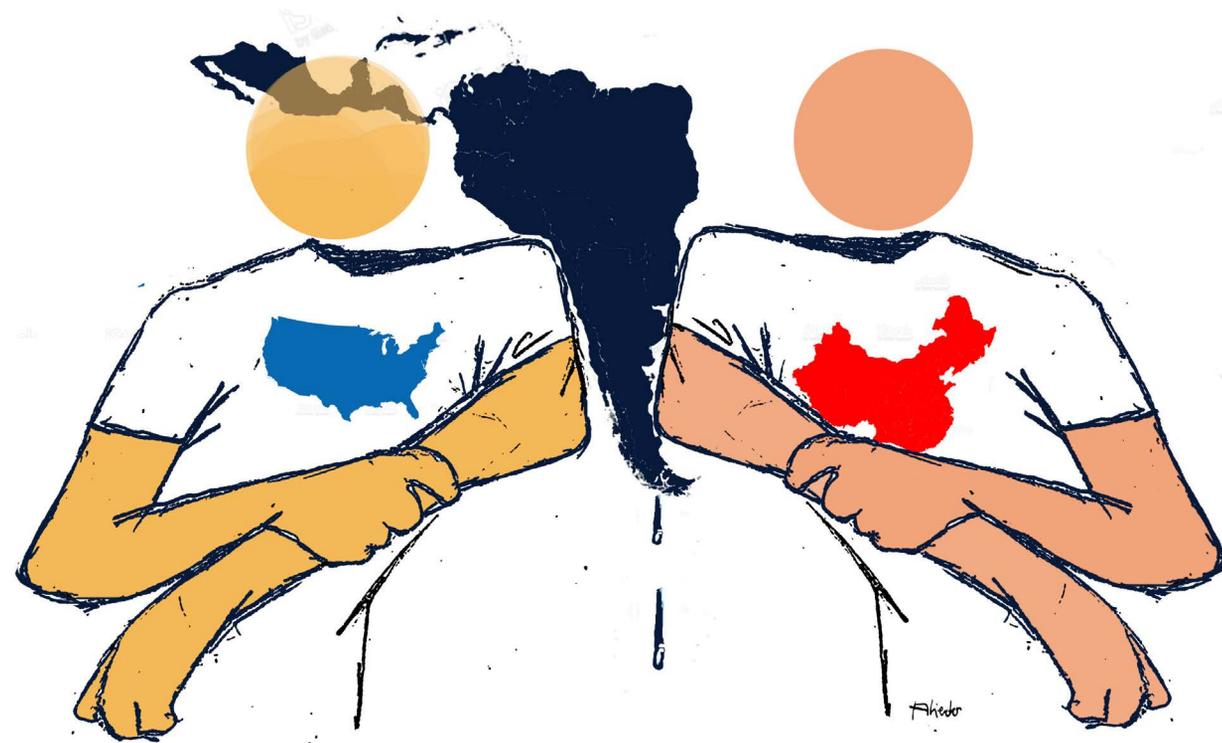


cedores de produtos básicos.

Essa era a disputa que estava em curso até os acontecimentos recentes na Europa Oriental. Um caminho aparentemente sem volta para o aprofundamento da alternativa extrativista, com um ou com outro dos grandes parceiros. A possibilidade de que um projeto de desenvolvimento regional que significasse maior agregação de valor e, de outro lado, um crescimento mais dinamizado pela geração de tecnologia e pelo crescimento dos mercados internos, com melhoria dos indicadores sociais, mais uma vez sairia da pauta.

O aprofundamento do extrativismo, entretanto, além de excludente do ponto de vista social, é agressivo ao meio ambiente. Isso faz com que cresça a oposição aos governos ultraliberais que foram se assenhorando do poder desde meados da segunda década do novo século. No início dos anos 2020, começou a se criar uma nova maré em busca de alternativas, que possam ser ao mesmo tempo inclusivas do ponto de vista social e viáveis como alternativas à desigualdade e a degradação ambiental.

Além disso, essa nova maré recoloca o tema do aprofundamento da democracia. Pois um novo modelo só pode ser gerado pelo atendimento da vontade das maiorias sociais, que é a essência da democracia. O modelo extrativista, base da acumulação do agronegócio e da mineração, é por natureza concentrador de renda, riqueza e poder, é mais do mesmo que vemos na região há séculos, e por esta sua natureza, está em um conflito existencial com a própria democracia. Combinar democracia e modelo extrativista requer um poder de taxação dos ganhos do setor extrativista que não parece estar no horizonte, e



que provavelmente significaria acirrar o conflito social entre os donos da riqueza extrativa e as maiorias sociais, pelo controle dos aparatos estatais na região ou o seu desmonte. E se parte da máquina extrativista são empresas transnacionais, o problema da disputa se agrava para além das fronteiras nacionais. O poder do extrativismo transnacional é referendado por acordos comerciais (como os em fase de ratificação pelos parlamentos dos países do Mercosul, como o Acordo Mercosul-União Europeia e o Acordo Mercosul-Efta, entre outros), por acordos de investimento, pelas normativas da OCDE (a qual países da região, como México, Chile, Costa Rica e Colômbia aderiram, e o Brasil está pedindo para aderir), pelas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), pelas regras das instituições financeiras multilaterais (como o FMI e o Banco Mundial, entre outras), todas instituições garantidoras dos investidores internacionais, e neste caso contra o interesse das maiorias sociais na região.

O Chile, com sua combinação entre a nova convenção constitucional para escrever uma nova Constituição, o novo governo eleito e empossado, e sua condição de um dos maiores signatários de acordos de comércio na região (apesar de sua pauta exportadora ser amplamente dominada por um só produto, o cobre, exemplo do extrativismo local) vai ser um importante teste de como as coisas vão de fato andar, e vai ser interessante e importante acompanhar esse processo.

O Brasil, se a partir do ano que vem se juntar a essa onda de governos que buscam alternativas, será também importante de acompanhar, pela sua densidade econômica e pela capacidade de alavancar toda a região, caso se jogue de fato nesta busca de alternativas. Lá atrás, o Brasil teve papel relevante, contribuindo para criar instrumentos como a Unasul e a Celac, e para o aprofundamento do Mercosul. Mas o Brasil também é um exemplo de que buscar alternativas

dá trabalho, e que assim que podem as elites locais voltam a buscar o seu leito natural no curso da exportação de produtos primários, nem que isso signifique um padrão bem tradicional de relação agora com um novo parceiro, a China.

Então, vamos ter que ver se o que vai se passar, pois essa onda, de forte componente democrático, só pode se estruturar tendo como eixo um modelo alternativo de desenvolvimento. É hora de rediscutir a integração regional em novos parâmetros?

\* É economista, doutorando do PPGC-TIA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), membro da Coordenação da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed) no Rio de Janeiro e assessor da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip).



**CLIQUE E OUÇA**

# América Latina em novo nascimento

Williams Gonçalves\*

O consagrado escritor uruguaio Ángel Rama, no famoso ensaio *América Latina: um povo em marcha*, afirmou que os países latino-americanos se acostumaram a nascer várias vezes, ao contrário dos seres humanos que somente nascem uma vez. Ciclicamente verifica-se o esgotamento de um modelo que rapidamente dá lugar a um novo, no qual se depositam todas as esperanças de bem-aventurança e prosperidade.

O atual momento político da região parece vir dar razão a Rama. Mais uma vez, em vários países da região, nutre-se a expectativa de mais um nascimento. As promessas de crescimento da riqueza feitas pelos defensores do livre mercado, que acrescentaram à sua tradicional receita econômica a defesa de radical política de privatizações dos serviços públicos, a redução dos impostos mediante extinção da regulamentação do trabalho, e a liberdade para o indivíduo empresário empreendedor dar vazão às suas potencialidades não se cumpriram, resultando, sim, em mais concentração de renda de um lado e, de outro, de mais empobrecimento e frustração. E cada nascimento ocorre em ambiente sempre mais tenso, pois aos problemas econômicos, sociais e políticos já existentes acrescentam-se outros novos, causados pelo último ciclo.

De norte a sul do continente, partidos de esquerda têm prevalecido elegendo presidentes: México, Honduras, Peru e Bolívia. Esses somam-se aos anteriormente estabelecidos na Nicarágua e na

Venezuela. Na Colômbia, as eleições legislativas e a expressiva votação nas prévias da coligação tornaram provável que o senador Gustavo Petro venha a ser eleito o primeiro presidente de esquerda do país. No Chile, Gabriel Boric acaba de assumir a presidência à frente da coligação Aprove Dignidade, que une a Frente Ampla e o Partido Comunista, ao derrotar o candidato da extrema direita Antonio Kast. No Brasil, as pesquisas indicam real possibilidade do candidato Luiz Inácio Lula da Silva derrotar Jair Bolsonaro, que aspira à reeleição.

Esse panorama político amplamente desfavorável às forças de direita indica que as práticas econômicas de inspiração neoliberal não são capazes de melhorar os índices sociais da região. O abismo social que separa ricos de pobres só tem feito aumentar. A cada ciclo torna-se evidente que os liberais governam para atender apenas a seus próprios interesses, indiferentes ao aumento da pobreza e da exclusão social que suas decisões econômicas vão resultando. Ademais, o deslocamento do centro nervoso da economia mundial para a bacia do Pacífico e o acirramento da disputa pela hegemonia do sistema internacional de poder criaram desafios para os quais os liberais não dispõem de repertório para enfrentar. O fenômeno da perda de dinamismo industrial e a lacuna tecnológica que dia a dia se amplia, que reserva aos países da América Latina, e ao Brasil, uma inserção internacional como exportadores de *commodities*, são fatores que constituem uma usina de desemprego e exclusão do mercado de trabalho

de grandes contingentes de trabalhadores, que, cada vez mais ostensivamente, vão inviabilizando a vida social, sobretudo nas inchadas metrópoles onde o subemprego assume proporções alarmantes.

Quando da ascensão da extrema direita no Brasil ao poder de Estado, ganhou corpo a tese de que tal ascensão deveu-se, em grande medida, à eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. A suposta relação de amizade que aproximava a família do Presidente Bolsonaro à família de Trump, bem como o elo que ligava o pensador Olavo de Carvalho à extrema direita norte-americana, estimava-se suficientemente sólida para criar a ideia que a chegada de Trump à presidência havia sido fundamental para a vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro. Por isso, a derrota de Trump na disputa pela reeleição, substituído pelo democrata Joe Biden, foi inicialmente saudada como fato que teria repercussão direta no processo político brasileiro. Privada do apoio proporcionado pelas ideias que Trump fazia circular, a extrema direita brasileira sucumbiria à sua própria incompetência em apresentar resultados governativos positivos.

Essa expectativa, no entanto, não se cumpriu. Decerto que a vitória eleitoral de Bolsonaro dificilmente ocorrerá, visto que o índice de rejeição que o eleitorado tem manifestado nas pesquisas de opinião é elevado e muito improvavelmente reversível. Contudo, não há como deixar de se impressionar com o percentual do eleitorado que se manifesta fiel à sua candidatura, porque satisfeito com o



desempenho de seu governo. Esses índices de fidelidade e satisfação tornam-se ainda mais surpreendentes quando se verifica que parte expressiva da elite econômica e também da mídia corporativa revela-se completamente desiludida, não pelo presidente Bolsonaro, parece evidente, mas muito desapontada com o Ministro da Economia Paulo Guedes, em quem depositava total confiança como elemento capaz de cumprir a promessa de efetuar radical desestruturação do que ainda restava do estado de bem-estar social do Brasil.

Verificou-se que o apoio de Trump, afinal, não era tão importante assim. O mote de governo de Trump, *America first*, para desespero dos Democratas norte-americanos nunca foi um compromisso com a luta pela manutenção da hegemonia. Significava tão somente que os Estados Unidos deviam se impor e levar vantagem em tudo. Lutar pela hegemonia implica promover guerras e financiar aliados. Trump prometeu ao seu eleitorado que não faria isso. O que

ele prometeu foram vantagens comerciais e empregos para os norte-americanos. Razão pela qual era tido como interlocutor interessante por chineses e russos. Além disso, também não se comprometeu a liderar movimento internacional e a formar rede de alianças, o que possivelmente explica suas expressões de surpresa e divertimento ante à bajulação da família do presidente brasileiro e igualmente explica a naturalidade com que tomou medidas econômicas protecionistas em detrimento dos interesses comerciais brasileiros.

Por outro lado, o incondicional apoio concedido por parte expressiva do eleitorado a Jair Bolsonaro, a despeito de elevada

inflação, de significativa depreciação da moeda e de massivo desemprego, revela que esses eleitores parecem impermeáveis e imunes aos fenômenos da economia, por mais nocivos e corrosivos que eles sejam. Isto significa que, apesar de não ser inatingível pelas distorções econômicas, o eleitorado de extrema direita é muito mais suscetível às questões relativas aos costumes e às crenças religiosas. Fração importante dos segmentos mais economicamente desprotegidos da sociedade ignora ou desdenha das questões econômicas, ao passo que valoriza a imagem que os líderes políticos da extrema direita procuram projetar de defensores da família e dos bons costumes.

Segmentos sociais que atribuem importância a questões como aborto, consumo de drogas, casamento de homossexuais e vanguardas artísticas, em detrimento de questões relativas a emprego, renda, qualidade dos serviços públicos de educação e de saúde, sempre existiram na sociedade. A novidade surgida no último ciclo liberal foi o surgimento de políticos que compartilham essa visão de mundo e passaram a liderar esses segmentos que, anteriormente, achavam-se dispersos e acéfalos. As tecnologias da informação e da transferência de dados (WhatsApp, Twitter, Instagram) que eram consideradas instrumentos importantes para o

aperfeiçoamento da democracia, na verdade, quando usadas maliciosamente para atingir grupos de pessoas de baixo discernimento crítico ou receptivas a conteúdos escandalosos, revelaram-se fatores que comprometem e conspiram contra o convívio democrático.

Como se pode concluir, o novo nascimento latino-americano não tardou a acontecer. A fúria com que os neoliberais têm investido contra as políticas de desenvolvimento e contra a própria democracia encurta cada vez mais o período em que eles conseguem se manter no poder. Em compensação, porém, o entulho que deixam para a esquerda governar é sempre muito mais pesado. Por isso, o desafio que se apresenta aos governos de esquerda é também sempre cada vez maior. Já não basta lutar contra as retrógradas elites econômicas, políticas, militares, intelectuais e midiáticas que continuam a agir submissamente aos interesses de fora, de costas para os interesses nacionais. Presidentes como Gabriel Boric e Luiz Inácio (caso o favoritismo deste último se confirme nas urnas) deverão lutar contra bancadas partidárias e segmentos sociais que, indiferentes à sorte do povo, remam em sentido contrário ao desenvolvimento econômico-social e à permanente luta contra a desigualdade, a injustiça e a violência.

\* É doutor em Sociologia e professor de Relações Sociais da Uerj.



**CLIQUE E OUÇA**

# Uma nova esquerda para a Colômbia e América Latina

Maria Elena Rodriguez\*

A Colômbia chegou às eleições legislativas de 13 de março com uma crise econômica, político-social e sanitária não resolvida e em um momento de grandes fraturas sociais acentuadas pelo confronto pós-acordo de paz.

Se a Colômbia é historicamente considerada uma das economias mais estáveis da região, os últimos quatro anos sob o atual governo de Iván Duque fizeram o país sair da curva. Sua terrível gestão e sua impopularidade, combinadas com a implementação de medidas que aprofundaram o modelo neoliberal, a manutenção do conflito, o descumprimento do processo de paz e o aumento escandaloso da violência política contra ex-combatentes e lideranças sociais, deixaram uma herança terrível.

A Colômbia enfrenta a crise atual com desafios de longa data: baixa produtividade que desacelerou o crescimento econômico nos últimos vinte anos, depressão econômica, desigualdade de renda, informalidade no mercado de trabalho e exportações cada vez mais concentradas em *commodities* não renováveis (petróleo), com a indústria e a agricultura perdendo relevância. A Colômbia foi um dos países que saiu da pandemia da Covid-19 em piores condições sanitárias e econômicas. A economia sofreu uma queda de 6,8% em 2020, a mais profunda de sua história, segundo dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (Dane). Além disso,

desde o início da pandemia, estima-se que, de uma população total de 50 milhões de colombianos, mais de 21 milhões estão na pobreza e 17% da população está desempregada, com algumas cidades chegando a registrar um percentual superior a 20%.

O país fechou 2021 com uma inflação de 5,62%, a maior em cinco anos. Embora esses números macro possam parecer técnicos, eles estão intimamente ligados à situação social do país. Este ano, as famílias perderam poder de compra, os preços dos alimentos básicos aumentaram substancialmente, a fome atinge 54% dos colombianos e meio milhão de crianças já sofrem de desnutrição.

O país, governado em todos os seus cenários majoritariamente pela direita política, chega às eleições marcado pela polarização, um país fraturado, dividido.

De fato estas primeiras eleições foram marcadas pela incerteza, frustração e desaprovação com os resultados do governo. O descontentamento social, que mostrou sua força nas manifestações de 2019 e 2021, permanece latente, e o governo ainda não deu uma solução às suas demandas.

A sociedade está mobilizada para uma mudança profunda que desafie 40 anos de neoliberalismo, desigualdade e exclusão. Ela anseia acabar com aquela Colômbia que sempre viveu com suas chagas perversas, narcotráfico, guerrilhas, paramilitarismo, corrupção política.

Esse descontentamento social se manifestou por meio da alta vo-

tação na esquerda, mas também em movimentos alternativos, formados por lideranças sociais que representam comunidades locais e movimentos sociais e que tradicionalmente foram excluídos dos espaços de poder, tendo tido nas explosões sociais do ano passado uma participação notável.

Gustavo Petro, ex-guerrilheiro, ex-prefeito de Bogotá, líder do partido Colômbia Humana e figura central da esquerda colombiana nos últimos anos, representa a mudança em um país ávido por mudanças. Ele foi o grande vencedor, com mais de 4,4 milhões de votos, entre 6 candidatos de partidos e grupos políticos, na consulta interpartidária da coalizão de esquerdas Pacto Histórico. Em conjunto, a Coalizão superou os cinco milhões de votos, fato também motivado pela expressiva votação que teve a candidata Francia Márquez, afrocolombiana, ambientalista, feminista e que dá visibilidade às minorias do país. Algo inédito em um país tradicionalmente conservador.

A esquerda também venceu as eleições legislativas: na Câmara o salto é evidente, a esquerda passou de dois deputados para uma bancada sólida de 25, e no Senado pela primeira vez conseguiu uma bancada maior que a de qualquer outro partido.

Petro ainda tem um longo caminho a percorrer, mesmo com esses resultados. Embora massiva, essa votação não é suficiente para que ele chegue à presidência. Para isso, precisa reunir mais votos e



vencer no primeiro turno, pois se não ter-se-á um segundo turno do tipo “todos contra o Petro”. A direita voltará a tentar carimbar Petro como o candidato do “Castro-Chavismo” – aquele fantasma do comunismo que ainda assusta uma parcela grande da população. *Slogans* como este, usados por figuras da política tradicional e da extrema direita (liderada por Álvaro Uribe) para demonizar e desqualificar seus rivais, têm dado excelentes resultados em outras votações. Na Colômbia, ainda hoje, o medo é um eleitor central. Foi por causa do medo que as muitas pessoas votaram a favor da guerra e da violência, contra a paz e a democracia no plebiscito sobre os acordos de paz de 2016.

É verdade que a esquerda nunca esteve tão perto do poder e isso está fora do «normal» para aquela direita beligerante e para aquela disfarçada de centro. É assim que, sentindo-se totalmente ameaçadas, resolveram entrar na luta de maneira frontal e já começam a mexer suas fichas. Óscar Iván Zuluaga, candidato do Centro Democrático, partido do ex-presidente Álvaro Uribe e do presidente Iván Duque, desistiu de concorrer para integrar uma coalizão de forças de direita que busca impedir a vitória da esquerda com o *slogan* “defender a democracia e nossas liberdades”. Uribe e seus aliados têm medo de ser derrotados e de perder seu poder e privilégios.

No entanto, não se deve subestimar o poder do Uribismo, nem de uma direita radicalizada, que nestes anos no poder ampliaram a máquina do Estado e colocaram as diversas agências a serviço dos seus interesses, as quais hoje são fundamentais para evitar a derrota. Eles farão tudo o que



estiver a seu alcance para prevalecer nestas eleições.

O candidato do Pacto Histórico tem um enorme desafio: vencer o medo, reencantar a política e apostar na mudança. Por isso propõe um ambicioso programa de reformas econômicas e sociais, com mudanças substantivas à altura da exigência social e do século XXI. Hoje o novo progressismo tem que reconhecer o fracasso do modelo extrativista e conduzir a América Latina para uma nova agenda, que implica sair da exploração dos recursos naturais e das *commodities* e passar para a geração sustentável de riquezas, abandonando progressivamente a dependência do petróleo e do carvão, com uma agricultura absolutamente articulada com a natureza e maior produção de alimentos, além de apostar numa economia de pequenos proprietários. Petro também promete aumentar os impostos dos mais ricos, revogar leis

que flexibilizam o mercado de trabalho e “democratizar” o acesso à terra e ao crédito.

Este é um momento estratégico para virar a página, não só para a Colômbia, mas também para a região. Se sua vitória for confirmada, a América Latina terá um perfil político majoritariamente de esquerda. Mas Petro fala de uma esquerda renovada, que aprendeu com os erros do passado e está pronta para se reinventar. Uma esquerda que responde aos desafios contemporâneos, comprometida com a democracia, a justiça social, a natureza, bem como disposta a fazer a transição para economias descarbonizadas, produtivas e baseadas no conhecimento. Se vencer, Petro se compromete a promover essa mudança não só na Colômbia, mas também no continente.

\* É professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ.



**CLIQUE E OUÇA**